

MPV 1.078, de 2021

Emenda nº

MEDIDA PROVISÓRIA N.º 1.078, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2021

“Dispõe sobre as medidas destinadas ao enfrentamento dos impactos financeiros no setor elétrico decorrentes da situação de escassez hídrica.”

EMENDA SUPRESIVA
(Do Sr. deputado Jesus Sérgio)

Suprima-se os art. 1º e 3º da MPV 1.078, de 13 de dezembro de 2021, renumerando-se os demais.

JUSTIFICAÇÃO

O governo federal publicou a MPV 1.078, de 13 de dezembro de 2021, que permite a cobrança de encargo tarifário para amortizar operações financeiras (das Concessionárias) vinculadas ao custo dos impactos no setor elétrico devido a escassez hídrica.

Inclui os custos administrativos e financeiros e os encargos tributários incorridos nestas operações financeiras na cobertura pelo Novo Encargo Tarifário nas Contas das Empresas e das pessoas em geral, só excluindo os consumidores Tarifa Social de Energia Elétrica – TSEE.

Estima-se que o valor do financiamento disponibilizado pelo Governo Federal fique em torno de R\$ 15 bilhões. Esse valor deverá ser destinado ao custeio das termelétricas, das importações de energia de países vizinhos, e ao abatimento das tarifas sociais, sendo que esse financiamento às distribuidoras de energia será diluído nas contas de luz dos consumidores, sem determinação de tempo, "até a amortização das operações financeiras", como determinado pela MPV.



Concretamente o que a Medida Provisória estabeleceu foi um novo encargo tributário, além da já existente sistemática das bandeiras tarifárias (que adiciona R\$ 14,20 a cada 100 kWh consumidos), para arcar com os custos financeiros de Concessionárias em virtude da escassez hídrica. Trata-se de uma sobrecarga financeira aos consumidores e aos pequenos produtores de Energia Elétrica que fizeram investimento para amenizar seus custos Elétricos. Uma nova penalização ao consumidor final de energia elétrica, que já tem seu custo elétrico elevadíssimo.

O governo federal impondo novos sacrifícios à sociedade brasileira quer proteger as concessionárias de qualquer risco nos empreendimentos elétricos, riscos estes, que são inerentes à própria natureza do seu negócio. O mesmo esforço de proteção não se verifica ao consumidor final, que passará a arcar integralmente com as despesas financeiras em virtude da crise hídrica.

No intuito de resguardar o consumidor de energia de mais esse encargo nas tarifas mensais, peço o apoio do nobre Relator e dos nobres pares para aprovação desta Emenda ao texto original da MPV.

Sala das Sessões, em 14 de dezembro de 2021.



JESUS SÉRGIO
Deputado Federal – PDT/AC



CD/21854.00672-00



* C D 2 1 8 5 4 0 0 6 7 2 0 0 *